



ELEIÇÕES

Aliados de Lula impõem correção de rumo

Líderes partidários apoiadores do ex-presidente pedem que o petista evite controvérsias, como declarações sobre pautas de costumes, e se concentre em demandas como o enfrentamento à crise econômica e a defesa dos pilares democráticos

» VINICIUS DORIA

O jantar oferecido pelo ex-presidente do Senado Eunício Oliveira (MDB-CE) ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na noite de segunda-feira, em Brasília, foi um encontro de aliados de várias legendas, sem margem para constrangimentos. Ali, praticamente todos já haviam assumido o compromisso público de apoiar o petista na corrida presidencial ainda no primeiro turno, incluindo os convidados do MDB — partido que tem pré-candidata lançada, a senadora Simone Tebet (MDB-MS). Mas o grupo de parlamentares via a necessidade de ajustar discursos e propor estratégias ao staff da campanha de Lula.

O ex-presidente ouviu a todos com paciência, mas também falou muito. Ao longo de mais de três horas, ele praticamente não parou: passou de mesa em mesa e, em cada uma delas, conversou sobre temas da campanha.

Após declarações de Lula que provocaram embaraços em aliados — como a defesa do aborto e a sugestão para que militantes façam protestos na porta da casa de parlamentares —, os senadores sugeriram que o petista evite polêmicas na seara dos costumes e se concentre na pauta que, acreditam, ditará os rumos da campanha.

Na opinião deles, são três os temas prioritários: a definição de estratégias de comparação entre os governos Bolsonaro e Lula; o fortalecimento das instituições e dos pilares democráticos; e o enfrentamento da crise econômica, com ênfase na questão dos combustíveis e na carestia, que está levando o país de volta ao Mapa da Fome.

“Nós temos de mostrar (ao eleitor) que podemos trazer de volta ao país o que já tivemos no governo Lula, como a

Ed Alves/CB/D.A.Press



Lula no Acampamento Terra Livre, em Brasília: ele prometeu revogar decretos do atual governo que impactam o meio ambiente

garantia de três pratos de comida por dia. A fome, agora, voltou. E teve investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em saneamento, moradia, urbanização. Temos de mostrar que, com o retorno de Lula, o brasileiro poderá voltar a desfrutar do que tinha no tempo dele”, sugeriu o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), ao **Correio**.

Como estava entre aliados — e para evitar ruídos na comunicação —, Lula praticamente não fez comentários sobre a pré-candidatura de Tebet.

Nem houve sugestões para que a senadora desista da campanha em favor do ex-presidente já no primeiro turno. O importante, para os emedebistas, foi assegurar a autonomia dos diretórios regionais para assumir compromissos com base na realidade de cada estado. “Desde o início, o presidente (do MDB), Baleia (Rossi), foi muito enfático no sentido de defender a autonomia da legenda nos estados, na tomada de decisões políticas”, disse Vital do Rêgo, pré-candidato ao governo da Paraíba, com apoio do PT.

Temor

O recado do MDB lulista — que inclui todos os diretórios do Nordeste — para a cúpula da legenda é que o grupo não quer se aventurar em mais uma candidatura à Presidência sem viabilidade eleitoral, como foi a de Henrique Meirelles, em 2018. “O MDB pagou um preço terrível, viu a bancada na Câmara ser reduzida à metade e, no Senado, quase isso. Há um pressuposto para qualquer candidatura, a competitividade, a viabilidade. O que não

dá é para brincar de ser candidato à Presidência”, enfatizou o senador Renan Calheiros (MDB-AL).

A decisão do MDB sobre a manutenção de Tebet como candidata da legenda ou a adesão à chapa única da terceira via tem data para ser anunciada: 18 de maio, conforme acordo feito por Baleia Rossi com os presidentes das outras siglas do autodenominado campo democrático: União Brasil, PSDB e Cidadania. Para os aliados de Lula, a disputa eleitoral já começou nos estados, com ou sem Tebet.

Um ministério para indígenas

» VICTOR CORREIA
» CRISTIANE NOBERTO

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu que, se eleito, vai criar o Ministério das Questões Indígenas. O compromisso foi assumido por ele na visita, ontem, ao 18º Acampamento Terra Livre (ATL), organizado, em Brasília, por integrantes dos povos originários. Ele também pretende promover “revogações” de decretos do presidente Jair Bolsonaro (PL) que afetam o meio ambiente.

“Se a gente criou o Ministério da Igualdade Racial, o dos Direitos Humanos, o da Pesca, por que a gente não pode criar um ministério para discutir as questões indígenas? (...)”, discursou. “Alguém vai ter de assumir um ministério das questões indígenas e não será um branco como eu. Terá de ser uma mulher ou um homem indígena.”

Lula ainda criticou decisões de Bolsonaro na área ambiental. “A gente não pode permitir que o que foi conquista da luta de vocês seja tirado por decreto, para dar direito àqueles que acham que tem que acabar com a nossa floresta e fauna”, disse.

No evento, o ex-presidente também ouviu críticas às gestões petistas, como o aval à construção da hidrelétrica de Belo Monte (PA). Ele concordou: “O governo do PT não fez tudo o que deveria fazer, mas, certamente, ninguém fez mais do que nós”.

Apesar das promessas, há desconfianças. “Vamos ver, né? Ele se comprometeu, mas já sofremos muito”, disse uma indígena ao **Correio**. Ao redor da tenda principal, onde Lula discursava, havia cartazes perguntando “por que não demarcou em seu governo?”.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Ideias de Lula e Bolsonaro têm raízes profundas

A polarização entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que lidera as pesquisas da corrida eleitoral para o Planalto, e o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem muitas explicações. As mais evidentes são o recall dos dois mandatos do petista como chefe do Executivo, de um lado, e as vantagens estratégicas de uma candidatura à reeleição no pleno exercício do mandato, na qual a inércia do poder favorece o presidente da República, como aconteceu com Fernando Henrique Cardoso, o próprio Lula e Dilma Rousseff.

Decorrem daí as dificuldades dos demais pré-candidatos para romper a polarização, ou seja, de Ciro Gomes (PDT), Sérgio Moro (União) e Simone Tebet (MDB). Mas isso apenas não explica a

resiliência de Lula, que chegou a ser preso na Operação Lava-jato, acusado de envolvimento com a corrupção no seu governo, nem a de Bolsonaro, que protagonizou o negativismo antivacina durante a pandemia de covid-19, cujo saldo de 661 mil mortes não foi suficiente para tirá-lo do páreo, assim como a estagnação, o desemprego e a maior inflação da história do real. Há um Brasil submerso, cujas raízes históricas nos dão algumas pistas sobre a radicalização política que estamos vivendo.

Lula

O ex-presidente Lula é protagonista de um processo no qual a redemocratização do país coincidiu com a emergência de um

novo movimento operário, mais centrado em grandes unidades de produção e capaz de liderar a numerosa classe média assalariada que surgiu com a forte presença das empresas estatais no modelo econômico adotado pelos militares no período de 1964 a 1985. A formação de uma sociedade civil mais complexa emoldurou essas mudanças na transição à democracia, rivalizando com os partidos.

A criação do PT desvinculou a esquerda brasileira dos modelos soviético e social-democrata, mas agarrou com as duas mãos o nacional-desenvolvimentismo impregnado da ideia de revolução brasileira, inspirada em Caio Prado Junior e outros autores. A velha aliança operário-camponesa

se traduziu no apoio de Lula ao MST, que protagonizou a ocupação de terras num momento em que a reforma agrária já não fazia sentido, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista no campo, com a emergência do agronegócio produtor de commodities de grãos e proteínas, mas refletia a iniquidade o social que persistia no campo, mesmo em grande parte tendo migrado para as cidades.

Lula pôs em prática uma política de projeção do Brasil na cena internacional, exercendo forte influência em toda a América Latina, a partir de um novo modelo de capitalismo de Estado, no qual grandes empresas brasileiras, as “campeãs nacionais”, foram financiadas pelo Estado para que se tornassem players de cadeias globais de comércio, principalmente de minérios, alimentos e serviços de infraestrutura. Em contrapartida, essas empresas financiariam o seu projeto de poder, o que acabou resultando nos escândalos da Lava-Jato.

O colapso econômico desse

modelo arrastou consigo a sustentabilidade política do governo Dilma Rousseff. Do ponto de vista das concepções, havia uma linha de continuidade entre a “nova matriz econômica”, as Reformas de Base de João Goulart e o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Até que ponto Lula estará disposto a retomar esse fio da história é a grande interrogação de sua atual candidatura à Presidência.

Bolsonaro

As ideias reacionárias de Bolsonaro e dos militares e setores conservadores que o apoiam também não surgiram do nada, são centenárias. Talvez a matriz possa ser encontrada em Oliveira Vianna, um dos ideólogos do Estado Novo, cujo primeiro livro, *Populações Meridionais do Brasil*, lançado em 1920, viria a influenciar fortemente o movimento tenentista e a Revolução de 1930.

Vianna interpretava a realidade brasileira em duas chaves. A primeira desagregava o país em três formações político-culturais:

o sertanejo, o matuto e o gaúcho. Os centros de formação do matuto, as regiões montanhosas do Estado do Rio, o grande maciço continental de Minas e os platôs agrícolas de São Paulo, exerceriam forte influência na organização da vida social e do patriarcado brasileiro. A segunda seria a incompatibilidade entre o liberalismo e a realidade brasileira. As instituições políticas nacionais refletiriam o divórcio entre o Brasil real e o Brasil legal.

Nossas elites dirigentes seriam alienadas da realidade nacional, sob influência do liberalismo de origem francesa e anglo-saxônica, descolado das características do Brasil e desagregador da coesão nacional. O antiliberalismo, o elitismo castrense e o nacionalismo estão disseminados de forma difusa na sociedade brasileira e são catalisados pelo projeto político de Bolsonaro. O regime militar (1964 e 1985) também refletia esses sentimentos. Os generais que presidiram o Brasil nesse período eram jovens oficiais nos anos 1930 e 1940, no auge do prestígio de Oliveira Vianna.